



Assembléia Legislativa

Projeto de Lei Nº. 042, de 18 de Novembro de 2002.

Orgão	AL
Número	21-2939/02
Data	20.11.02
Assunto	Projeto de
Matrícula	Lei
Assinatura	Cleonice
Assessoria	-

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 19/11/2002

João

Reconhece de utilidade pública a
**FUNDAÇÃO NORBERTO ÂNGELO
PEREIRA**, com sede e foro em
Fronteiras, Estado do Piauí.

APROVADO
efpb

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECRETA:

Art. 1 - Fica reconhecida de Utilidade Pública, a
Fundação Norberto Ângelo Pereira, do Município de Fronteiras,
com sede e foro em Fronteiras, Estado do Piauí.

Art. 2 - À entidade em que trata o artigo anterior, ficam
assegurados os direitos e vantagens da Legislação Vigente.

Art. 3 - Revogada as disposições em contrário, a pre-
sente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

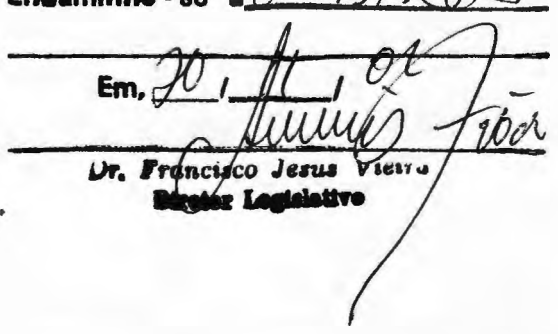
SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 18 de Novembro de 2002.


HOMERO CASTELO BRANCO
- Deputado -

AL — DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais

Encaminhe-se ao Protocolo

Em, 20.11.02


Dr. Francisco Jesus Vieira
Diretor Legislativo

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/certidao/CertInter/asp>

11/06/2002



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais

Nome: FUNDACAO NORBERTO ANGELO PEREIRA
CNPJ: 05.085.973/0001-94

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar quaisquer débitos de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apurados, é certificado que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas aos tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta Secretaria da Receita Federal, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Certidão expedida com base na IN/SRF nº 93, de 23 de novembro de 2001.

Emitida às 17:33:11 do dia 11/06/2002 (hora e data de Brasília).
Válida até 11/12/2002.

Código de controle da certidão: 6464.68C1.0EAD.1374

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange exclusivamente o estabelecimento identificado no CNPJ.

Certidão expedida gratuitamente.

Aprovado pela IN/SRF nº 93, de 23/11/2001.

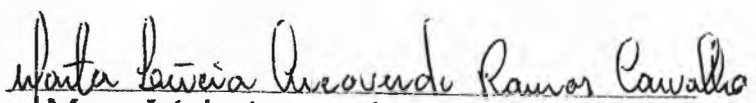
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PIAUÍ
COMARCA DE FRONTEIRAS
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Fórum Des. Tomaz Gomes Campelo – Av. José Aquiles de Sousa, 665 – Fronteiras(PI)

CERTIDÃO

CERTIFICO, diante dos poderes que me outorga a Lei, que às fls. 72/74, sob n.ºs. 062/2002 e 063/2002, do Livro B-03 de Registro de Títulos, Documentos e Outros Papéis, foi registrado o Estatuto, Ata de Constituição, Eleição e Aprovação da Fundação Norberto Ângelo Pereira do Município de Fronteiras(PI).

Pelo que me reporto e dou fé.

Fronteiras(PI), 04 de Junho de 2002.


Marta Lúcia Arcoverde Ramos Carvalho
Tabeliã Substituta

Marta Lúcia Arcoverde Ramos Carvalho
Escrivente Juramentada - Tabeliã Substituta
Cartório do 1º Ofício - Port. Nº 03/97 - JDCf
TJPI - Comarca de Fronteiras



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.085.973/0001-94	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	DATA DE ABERTURA 04/06/2002	VALIDADE DO CARTÃO 31/10/2004
---	---	--------------------------------	----------------------------------

NOME EMPRESARIAL FUNDACAO NORBERTO ANGELO PEREIRA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNAP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91.99-5-00 - Outras atividades associativas, ne
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 301-8 - FUNDACAO MANTIDA COM RECURSOS PRIVADOS

LOGRADOURO RUA FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
--	---------------	-------------

CEP 64690-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO FRONTEIRAS	UF PI
------------------	---------------------------	-------------------------	----------

CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE
--

CPF DO RESPONSÁVEL 105.844.633-91	SITUAÇÃO ESPECIAL
--------------------------------------	-------------------

APROVADO PELA IN/SRE NO. 2/2001

VALIDO EM TODO TERRITORIO NACIONAL

6

FUNAP – FUNDAÇÃO NORBERTO ÂNGELO PEREIRA
RUA: FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA, S/N
CEP: 64.690-000 – FRONTEIRAS – PIAUÍ

ESTATUTO

DA

FUNDAÇÃO NORBERTO ÂNGELO PEREIRA (FUNAP)

CAPÍTULO I

DA FUNDAÇÃO E SEUS FINS

Art. 1º – Fica criada e instalada nesta cidade de Fronteiras Estado do Piauí com sede e desempenho, na Rua, Francisco de Sousa Pereira, instituição com personalidade Jurídica de direito privado, de finalidade assistencial e filantrópica, sem fins lucrativos.

Art. 2º – A fundação Norberto Ângelo Pereira (FUNAP) tem por objetivo a prática assistencial nos campos da educação, saúde, habitação, ecologia, esporte, cultura, lazer, segurança, trabalho e cidadania, amparo social, moral e material a famílias carentes, idosos, adolescentes e crianças reconhecidamente pobres, principalmente os de rua.

Art. 3º – Os serviços ou benefícios prestados pela FUNAP não visam compensação financeira de nenhuma espécie. Suas rendas são aplicadas em obras e programas específicos aprovados pela Diretoria.

Art. 4º – A FUNAP poderá manter convênios com a União, Estados e Municípios, e pleitear, em qualquer dessas áreas administrativas, recursos financeiros para atingir os fins a que se propõe, inclusive com Organizações não Governamentais. (ONGS) e outras congêneres nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA SOCIAL

Art. 5º – A FUNAP terá número ilimitado de sócios, assim qualificados:

- a) fundadores;
- b) efetivos;
- c) honorários;
- d) beneméritos.

§ 1º – São sócios fundadores os que participaram da instalação da entidade, assinando a respectiva ata.

§ 2º – São sócios efetivos os admitidos na forma deste Estatuto, contribuindo mensalmente, para a fundação, com um certo valor em dinheiro.

§ 3º – São sócios honorários os que prestam serviços relevantes à Fundação, a juízo da Diretoria.

§ 4º – São sócios beneméritos os que contribuírem com valores, bens, contribuições, auxílios, subvenções, donativos ou doações expressivas.

Art. 6º – Aos sócios honorários e beneméritos serão conferidos diplomas honoríficos e de benemerência.

CAPÍTULO III

DOS SÓCIOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 7º – São direitos dos sócios fundadores e efetivos:

- a) votar e ser votado;
- b) propor à Diretoria a admissão de novos sócios;
- c) assistir às reuniões da Diretoria, com direito a voz;
- d) apresentar e defender sugestões à Diretoria Geral e à Diretoria.

Art. 8º – São deveres dos sócios fundadores e efetivos:

- a) respeitar e cumprir fielmente este Estatuto;
- b) pagar mensalmente suas mensalidades;
- c) prestar conta à Diretoria de encargos que lhe forem confiados;
- d) participar das Assembléias Gerais;
- e) cumprir as resoluções da Diretoria.

Art. 9º – Os sócios serão punidos com advertência, suspensão e eliminação do quadro social, na forma definida pela Diretoria.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10º – A FUNAP será administrada por uma Diretoria constituída de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, com poderes para representá-la em Juízo e fora dele, bem como junto aos poderes constituídos, na forma deste Estatuto e da legislação vigente.

Art. 11º – A FUNAP terá como órgão fiscalizador da Diretoria um Conselho Fiscal constituído de três membros.

Art. 12º – A Assembléia Geral, órgão máximo da administração, compreende a totalidade dos sócios fundadores e efetivos, quites com a Tesouraria, competindo-lhe:

- a) delegar poderes à Diretoria, dirimir dúvidas e praticar atos administrativos não previstos neste Estatuto;
- b) alterar o presente Estatuto, em reunião da qual participem pelo menos dois terços (2/3) dos associados;

- c) apreciar as contas apresentadas pela Diretoria, com parecer do Conselho Fiscal;
- d) apurar denúncias e oferecer à Diretoria subsídios necessários ao desempenho de tarefas não indicadas neste Estatuto;
- e) baixar regulamento e resoluções;

Art. 13º – Compete ao Presidente:

- a) presidir as Reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral, dando execução às respectivas deliberações;
- b) contratar, juntamente com o Secretário, os funcionários da FUNAP;
- c) representar a FUNAP em Juízo e fora dele;
- d) assinar convênios com os poderes públicos e instituições privadas e paraestatais;
- e) realizar operações de crédito;
- f) representar a FUNAP na assinatura de contratos, escrituras e documentos relativos a bens da entidade;
- g) delegar poderes por procuração para o trato de assuntos judiciais e/ou extrajudiciais;
- h) convocar a Assembléia Geral para reuniões Ordinárias e Extraordinárias;
- i) prestar contas das atividades financeiras e sociais da FUNAP, até o último domingo de Novembro de cada exercício, à Assembléia Geral.

Art. 14º – Compete ao Vice – Presidente substituir o Presidente em suas faltas, impedimentos e nos casos de vagância. (vacância)

Art. 15º – Compete ao Secretário:

- a) secretariar as reuniões da Diretoria;
- b) superintender o expediente e a correspondência da FUNAP, assinando, com o Presidente, o que for de sua competência;
- c) secretariar as sessões da Assembléia Geral;
- d) ter sob sua guarda os livros, documentos e demais papéis da FUNAP;
- e) substituir o Tesoureiro nas suas faltas e impedimentos.

Art. 16º – Compete ao Tesoureiro:

- a) Promover a cobrança das mensalidades devidas pelos sócios;
- b) Providenciar a escrituração patrimonial da FUNAP em livros próprios, devidamente autenticados pelo Presidente;
- c) Ter sob sua guarda e responsabilidade os documentos de Caixa, e os títulos e valores de qualquer natureza;
- d) Apresentar, mensalmente, à Diretoria, balanço e relatório do movimento financeiro da entidade;
- e) Assinar, juntamente com o Secretário e o Presidente, os balanços gerais da FUNAP;
- f) Recolher em conta bancária da FUNAP todos os valores recebidos;
- g) Substituir o Secretário nas suas faltas e impedimentos.

Art. 17º – O Conselho Fiscal realizará reuniões sempre que for convocado pela Assembléia Geral ou pela Diretoria opinando, em parecer escrito, sobre os assuntos submetidos à sua consideração.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO DA FUNDAÇÃO

Art. 18º – O patrimônio da FUNAP será constituído:

- a) de legados e doações;
- b) das contribuições dos associados;
- c) do rendimento de bens patrimoniais;
- d) de verbas municipais, estaduais e federais;
- e) de bens e imóveis adquiridos pela FUNAP;
- f) de outros não enquadrados aqui.

Art. 19º – A FUNAP não aceitará doações que impliquem, por vontade do doador, em obrigações que interfiram na sua liberdade de ação e na forma de aplicação, ou possam contrariar os objetivos e finalidades estabelecidos neste Estatuto.

Art. 20º – A Diretoria não poderá alienar ou permutar bens de qualquer natureza, sem consulta prévia e anuência de dois terços (2/3) da Assembléia Geral, sob pena de nulidade da transação.

Art. 21º – A FUNAP manterá registro de todos os seus bens móveis e imóveis, catalogando-os em livros de registros próprios.

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES

Art. 22º – A Assembléia Geral reunir-se-á no dia dez (10) de Janeiro, com a finalidade de eleger a Diretoria, cujo mandato será de três (3) anos, permitida reeleições de quaisquer de seus membros.

Art. 23º – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente no 1º Domingo de Dezembro de cada ano para apreciar as contas da Diretoria.

§ 1º As reuniões ordinárias da Diretoria serão realizadas trimestralmente, em data a ser fixada.

§ 2º As reuniões extraordinárias da Assembléia Geral serão convocadas por edital publicado em jornal de circulação diária na cidade e, afixados também, em locais públicos, com antecedência mínima de oito (8) dias, explicitada a agenda a ser apreciada.

Art. 24º – A Assembléia Geral será dirigida pelo Presidente da FUNAP, com direito a voto de qualidade, nos casos de empate.

Art. 25º – A Assembléia Geral poderá deliberar, em 1ª convocação, com presença de, no mínimo, dois terços 2/3 de seus sócios, e, em seguida, com qualquer número. As deliberações serão tomadas por maioria de votos.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26º – A FUNAP terá existência indeterminada, podendo ser dissolvida ou extinta por resolução da Assembléia Geral, a que estejam presentes, pelo menos, dois terços (2/3) dos sócios fundadores e efetivos.

Parágrafo único – Em caso de dissolução da entidade, após a liquidez de obrigações com terceiros, seu patrimônio será incorporado a entidade congênere, sediada em Fronteiras – PI, devidamente registrada no Conselho Nacional do Serviço Social (C.N.S.S).

Art. 27º – Não será permitido a FUNAP

- a) tomar parte em atividades político-partidárias;
- b) promover reuniões ou concentrações que contrariem os princípios do regime vigente ou perturbem a ordem e a tranquilidade públicas;
- c) Distribuir lucros ou dividendo de qualquer natureza a seus associados ou aos membros da administração.

Art. 28º – Na concessão de diplomas especiais de sócio honorário e/ou benemérito, a Diretoria indicará o (s) nome(s) à Assembléia Geral, cabendo a esta aprovar ou rejeitar a distinção.

Art. 29º – Os sócios e diretores não respondem por obrigações que a FUNAP venha a contrair.

Art. 30º – o ano financeiro da FUNAP coincide com o mesmo período da Diretoria.

Art. 31º – O presente Estatuto poderá ser alterado pela Assembléia Geral, mediante proposta da Diretoria ou de dois terço (2/3) dos sócios em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 32º – a FUNAP poderá realizar operações de Crédito por antecipação da receita, visando a execução de seus objetivos imediatos, tais como compra ou venda de bens móveis e imóveis, desde que autorizados pela Assembléia Geral.

Art. 33º – Quando houver vacância de cargos em número superior à metade dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, serão realizadas eleições com a posse imediata dos eleitos.

Art. 34º – A posse da Diretoria eleita é em seguida a apuração dos votos.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 35º – a primeira Diretoria da FUNAP será eleita logo em seguida ao ato de Criação e Instalação da entidade.

Transcrito sob nº 062/2.002, às fls 72/73v,
do Livro B- Nº 03 de Registro de Titulos e docu-
mentos deste Cartório.

Fronteiras (PI), 04.06.2.002.

Marta Lucía Arcoverde Ramos Carvalho
Marta Lucía Arcoverde Ramos Carvalho
Escritora - Tabelada - Tabelas e Escrituras
Cartório do 1º Ofício - Port. Nº 03/97 - JDCJ
- TPI - Comarca de Fronteiras

Parágrafo Único – A Diretoria de que trata este Artigo poderá ser reeleita conforme o Art. 22º deste Estatuto.

O presente Estatuto foi discutido e aprovado pela Assembléia Geral no ato da Criação e Instalação da FUNAP, nesta cidade de Fronteiras – PI, aos 02 dias do mês de maio de 2002.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO




[Handwritten Signature]
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

C/C

NASCIMENTO
03.08.58

INSCRIÇÃO NO CPF
105 844 633 91

CONTRIBUINTE
NORBERTO ANGELO PEREIRA NETO

[Handwritten Signature]
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

CARTÃO DO 1º. OFÍCIO

AUTENTICAÇÃO FOTOCOPIA

Original

[Handwritten Signature]

2002

Marta Lucia Albuquerque Ramos Carvalho
Escritura
Cartório do 1º. Ofício - P.O. de 1001 - JUCOP
TJPI - Câmara do Frontalino

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 236.825 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/jul/1986

NOME NORBERTO ÂNGELO PEREIRA NETO

FILIAÇÃO José Pedro Sobreira
Teresinha de Jesus P. Sobreira

NATURALIDADE Fronteiras-PI DATA DE NASCIMENTO 03/agosto/1958

DOC. ORIGINAL Cas. nº 634, fls. 140, liv. B-2. Exp. em S. Julião-Pi, 29/11/81.

C.P. 105.844.633-91 PASEP-170.031.295-80

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE EMPRESAS FISCAIS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Norberto Angelo Pereira Neto



VÁLIDO EM TODA O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - EM L
DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS
PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA
DA RECEITA FEDERAL.

CAPIMBIO DO AGENTE EMISSOR

001/1828-1

31-07-89

BANCO DO BRASIL
FRONTIÇAS (PI)
82892/1085

PRIME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO
APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SIF

DOCE E PLASTIQUE

OFÍCIO

AUTENTICAÇÃO - COPIA

3 original

34

Fronteiras

35

32

30

Marta Lucia Arcoverde Ramos Carvalho
Escritorato Juramentada - Tabelião Substituto
Cartório do 1º Ofício - Port. Nº 03/87 - JDC
TJPI - Comarca de Fronteiras

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 696.071 DATA DE EXPEDIÇÃO 24.10.86

NOME Maria da Conceição Gomes Alves de Sousa Pereira

FILIAÇÃO José Alves de Sousa
Maria Gomes Alves de Sousa

NATURALIDADE Fronteiras-PI DATA DE NASCIMENTO 08.12.64

DOC ORIGEM Cert. casam. nº 634 fls. 140
liv. B-2 exp. em 29.11.81.

CPF 29.11.81.

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

José Alves de Freitas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES
ECONÔMICAS FISCALIS - CIEF

Nº DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

397 943 643 72

NOME COMPLETO

Maria da Conceição G. A. de S. Pereira

NASCIMENTO

08.12.64

ASSINATURA

Maria da Conceição Gomes Alves de Sousa Pereira

TERA VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE



Atas de Constituições
Nº 100 e Aprovação da Fundação
Município de Aracruz, do Mu-
nicipio de Aracruz, Estado do
Espírito Santo, realizada em 02.05.2002.

maio Aos dois dias do mes de
dois do ano de dois mil e
uma, na sede e foro do
S/N, Francisco de Souza Pereira,
Estado do Espírito Santo, de Aracruz,
por todos os presentes, em reunião
realizada às 9:00 (nove) horas
na sede supra, da data apro-
vada, constituir uma Fundação
com personalidade jurídica de
Direito Privado, de finalidade
assistencial e filantrópica sem
fins lucrativos e de duração por
tempo indeterminado, sob a de-
nominação social de Fundação
Nº 100 e Aracruz, a mesma
usada por abreviatura FUNDAP.
O objetivo principal da Fundação
Nº 100 e Aracruz é a prática
assistencial em campos da educa-
ção, saúde, habitação, ecologia,
esporte, cultura, lazer, segurança,
trabalho e cidadania, visando
sociais, morais e materiais a
famílias carentes, idosos, doentes,
centros e crianças necessitadas.

pobres, principalmente os de rua.
Na oportunidade o advogado
Dr. Norberto Angelo Pereira Neto,
fez uma explanação da importância
da Fundação Norberto
Angelo Pereira para o município
além de frisar os aspectos le-
gislativos da legislação em
vigor. Em seguida foi feita
a leitura do Estatuto da FUNAP
e aprovado pelos presentes, em
ato contínuo foi feita por des-
tação a primeira Diretoria
assim constituída: Presidente - Nor-
berto Angelo Pereira Neto, brasileiro
casado, advogado, portador do
CIC nº 105.844.633-911 residente
e domiciliado na Av. Landri
Sanches nº 297, Vice-Presidente -
Maria Aparecida Gomes de Oliveira
Pereira, brasileira casada, propus-
sora, portadora do CIC nº 412.
136.453-87 residente e domiciliada
na Rua 09 de Junho, S/N. Se-
cretário - Miguel Angelo Pereira
Sobrinho, brasileiro casado, far-
macêutico-bioquímico, portador
do CIC nº 450.649.384-20, Tesou-
reiro - Maria da Conceição Gomes
Alves de Sousa Pereira, brasileira
casada, funcionária pública
estadual, portadora do CIC nº
394.941.643-72 residente e cli-

domiciliada na Avenida Landri Sales
 nº 294; Conceição Típiat: Edmilce Gomes
 Barbosa, brasileira, solteira, estudante,
 portadora da RG nº 1.697.551
 residente na Rua Francisco de Sousa
 Pereira, s/n; Sônia Karolaine Gomes
 Cavalcante, brasileira, solteira, di-
 tadora, portadora do CIC nº 766.776.833-
 34, residente e domiciliada na Av. Mo-
 ntes Valério, 382. Maria do Socorro
 Gomes Alves de Sousa, brasileira, sol-
 teira, funcionária pública estadual,
 portadora do CIC nº 397.932.653-53,
 residente e domiciliada na Avenida
 07 de setembro, 1420, ambos nesta
 Cidade de fronteiras-Pi. Quem
 empreeço do secretário Miguel An-
 gelo Pereira Sampaio é na Rua 09
 de junho nº 462. A Fundação Mos-
 serfo Angelo Pereira - FURVAP para
 fins de direito terá seu Estatuto
 de Alta inscrita e registrada em
 Cartório de Registro de Imóveis desta
 Comarca. O presente Alta, entrará em
 vigor na data do registro. E como
 nada mais houve a tratar e, como
 ninguém mais quizer fazer uso da
 palavra, deu-se por encerrada a
 presente reunião, que vai assinada
 por mim e pelos demais presentes

M. A. S. P. M. A. S. P. M. A. S. P. M. A. S. P.

Maria Aparecida Gomes de Oliveira Pereira

Alair de Loureiro Gomes Alves de Souza
Ednir Gomes Barbosa

Sâmia Karoline Gomes Cavalcante

Maria do Socorro Gomes Alves de Souza

~~Marcelo Augusto de S. de Souza~~

~~João de Deus~~

~~Marcelo Augusto de S. de Souza~~

~~João de Deus~~

Bereng Gomes Barbosa

Ana Paula Eugênio de Andrade

Marta Maria da Silva

Maria Gomes Alves de Souza

Claudia de Souza Gomes

Mora Dalila de Souza Gomes

Denise Stefânia Gomes Belo

Maria do Socorro de Melo Gomes

Raimundo Nonato Lima

Fernanda Pereira de Souza

Antônia Lillian G. A. de Saes Sobrinha

Teusinha de Jesus da Silva Fernandes

Voldecir Alves da Silva

* Elvira Lúcia P. Alves Junção.

Mariadella da Ribeira de Carvalho

Alba de Souza Araújo

ANTÔNIO RAIMUNDO DE SOUZA NETO

Spiciene Cleonice de Souza

Esmeralda Antão de Almeida

Maria Lima de Souza

Transcrito no fls. 73-v a 74, do Livro B nº 03,
de Registro de Títulos e Documentos, deste
Cartório.





Assembleia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA	FLS Nº
<i>Arquivado</i>	16
ANEXOS	NUMERO
-	AI-2739/02

DIRETORIA LEGISLATIVA

JUNTADA

Publicação de matéria

de 14 laudas.

Em 20/11/02

[Assinatura]

Liduína M. Monte M. Lima
Chefe Setor de Publicação

AL — DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminhe-se a *Redação de*

Atos

Em 21/11/02

[Assinatura]
Dr. Francisco Jesus Vieira
Diretor Legislativo

Assembleia Legislativa

Encaminhe-se à *Diretoria*

Regulamentar

Em 25/11/2002

[Assinatura]
p/Martinho R. de Sá Júnior
Chefe Sec. Red. de Atos

AL — DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminhe-se a *Comissão*

[Assinatura]
Em 21/11/02

[Assinatura]
Dr. Francisco Jesus Vieira
Diretor Legislativo

Assembleia Legislativa

Encaminhe-se à *Diretoria*

Legislativa

Em 06/12/2002

[Assinatura]
p/Martinho R. de Sá Júnior
Chefe Sec. Red. de Atos

AL — DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminhe-se a *Sec. Gen.*

[Assinatura]
Em 10/12/02

[Assinatura]
Dr. Francisco Jesus Vieira
Diretor Legislativo

AL — DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminhe-se a *Autógrafos*

Em 06/12/02

[Assinatura]
Dr. Francisco Jesus Vieira
Diretor Legislativo

PROVIDENCIADO

Em 10/12/02
[Assinatura]
Chefe de Sec. de Autógrafos



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça

para os devidos fins.

Em 25/11/02

Elvágis

Clotilde de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Chemisto -
des Filho

para relatar.

Em 26/11/02

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça

Al - 2739102



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 42 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2002.
AUTOR: DEP. GUSTAVO MEDEIROS

RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 47, inciso VI, do Regimento Interno para emitir o parecer, conforme dispõe os arts. 30, inciso I, 59 a 63 e 139 a 141 do mesmo regimento a proposição que Reconhece de Utilidade Pública a Fundação Norberto Ângelo Pereira, com sede e foro em Fronteiras – PI

A proposição foi juntada a documentação necessária para reconhecimento de utilidade pública de Fundação, especialmente a Escritura Pública de Constituição da Fundação e a participação do Ministério Público, em obediência o que preceitua o art. 24 e seguintes do código Civil, art. 1.200 e seguintes do Código Processo Civil combinado com os arts. 120 e 121 da Lei 6.015, de 31.12.1973 (Lei do Registro Público)

VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório e por a proposição atender os dispositivos constitucionais legais, regimentais e de boa técnica legislativa, somos de parecer favorável à sua aprovação.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS, em Teresina, 03 de dezembro de 2002.

Dep. Themístocles Filho
Relator

AP:	À UNANIMIDADE
em, 03	12/102
<i>[Assinatura]</i>	
Constituição de	
Justiça	



ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 324

Teresina(PI), 11 de dezembro de 2002.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo de Projeto de Lei de autoria do Dep. *Homero Castelo Branco* que:

“Reconhece de utilidade pública a Fundação Norberto Ângelo Pereira, com sede e foro em Fronteiras, Estado do Piauí.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. **KLEBER EULÁLIO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
HUGO NAPOLEÃO DO RÊGO NETO
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº , DE DE DE 2002.

Reconhece de utilidade pública a
Fundação Norberto Ângelo
Pereira, com sede e foro em
Fronteiras, Estado do Piauí.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ


FAÇO saber que o Assembléia Legislativa decreta e eu
sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Fundação
Norberto Ângelo Pereira, do município de Fronteiras, com sede e foro em
Fronteiras, Estado do Piauí.

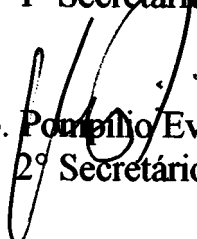
Art. 2º - À entidade em que trata o artigo anterior ficam
assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina, 10 de
dezembro de 2002.


Dep. Kleber Eulálio
Presidente


Dep. Paulo Henrique
1º Secretário


Dep. Pomílio Evaristo
2º Secretário